

"Eu não gostaria que fizessem isso com meu filho!": questões de gênero e sexualidade no contexto escolar¹

Schneider, Nathalie ²

Mangan, Patrícia Kayser Vargas ³

RESUMO

Os debates relativos às questões de gênero e sexualidade se fazem presentes em diferentes âmbitos sociais, inclusive no sistema educacional. Considerando que a implementação de políticas de educação sexual nas escolas tem sido uma questão controversa, tem-se ainda pressões, inclusive internacionais, para adotar políticas mais inclusivas em relação às questões de gênero e sexualidade. Este artigo objetiva problematizar a visão de uma professora, em especial, da educação básica neste contexto complexo e polarizado que envolve a discussão sobre gênero e sexualidade no âmbito de escolas públicas municipais de Porto Alegre/RS. Este trabalho é fruto de uma pesquisa de doutorado em andamento no campo da memória social, na qual se problematizam as políticas públicas voltadas às relações de gênero e sexualidade nos espaços escolares, em particular no contexto da educação infantil.

Palavras-chave: memória social; políticas públicas; educação infantil; gênero e sexualidade.

"I wouldn't want them to do that to my son!": gender and sexuality issues in the school context

ABSTRACT

Debates regarding gender and sexuality issues are present in different social scopes, including the educational system. Considering that the implementation of sexual education policies in schools has been a controversial issue, there is still pressure, including international pressure, to adopt more inclusive policies in relation to gender and sexuality issues. This paper aims to problematize the perspective of a particular elementary school teacher within the complex and polarized context that involves discussions about gender and sexuality in the

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Universidade La Salle. Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Memória Social e Bens Culturais. Email: nathalieschneider.educ@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8759033032400512>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9474-5112>.

³ Universidade La Salle. Doutora em Engenharia de Sistemas e Computação pela COPPE/Sistemas da UFRJ. Professora do PPG em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. Email: patricia.mangan@unilasalle.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4892345821929149>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9929-8887>.

public municipal schools of Porto Alegre/RS. This work is the result of ongoing doctoral research in the field of social memory, which problematizes public policies aimed at gender and sexuality relations in school spaces, particularly in the context of early childhood education.

Keywords: social memory; public policy; childhood education; gender and sexuality.

"¡No quisiera que le hicieran eso a mi hijo!": cuestiones de género y sexualidad en el contexto escolar

RESUMEN

Los debates en torno a cuestiones de género y sexualidad están presentes en diferentes ámbitos sociales, incluido el sistema educativo. Considerando que la implementación de políticas de educación sexual en las escuelas ha sido un tema controvertido, aún existe presión, incluida la presión internacional, para adoptar políticas más inclusivas en relación con las cuestiones de género y sexualidad. Este artículo tiene como objetivo problematizar la visión de una profesora, en particular, de la educación básica en este contexto complejo y polarizado que involucra la discusión sobre género y sexualidad en el ámbito de las escuelas públicas municipales de Porto Alegre/RS. Este trabajo es resultado de una investigación doctoral en curso en el campo de la memoria social, que problematiza las políticas públicas orientadas a las relaciones de género y sexualidad en los espacios escolares, particularmente en el contexto de la educación infantil.

Palabras clave: memoria social; políticas públicas; educación infantil; género y sexualidad.

INTRODUÇÃO

O Brasil tem vivenciado debates significativos em relação às questões de gênero e sexualidade nos últimos anos, com implicações diretas para o sistema educacional. Essas discussões ocorrem em um contexto político complexo e dividido, com diferentes perspectivas sobre o assunto. A implementação de políticas de educação sexual nas escolas tem sido uma questão controversa: por um lado, defensores argumentam que a educação sexual é essencial para a prevenção de doenças, a promoção da igualdade de gênero e o combate à discriminação; por outro lado, há críticos que veem essas políticas como uma ameaça aos valores familiares tradicionais.



REVISTA

interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262224 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262224>

Connel e Pearse (2015) defendem a existência de uma ordem de gênero, o que é facilmente percebido quando analisamos os papéis que homens e mulheres recebem ao longo da história. Por meio de diversas pesquisas, as autoras relatam cenários em que há uma clara ordem de gênero, isto é, os papéis dispensados para homens e mulheres ficam muito evidentes. Guizzo, Beck e Felipe (2014) também reforçam o conceito de gênero como sendo uma construção social, quando analisam a função das escolas ao definir papéis masculinos e femininos através de suas práticas, na qual naturalizam as relações sociais heteronormativas. Guizzo (2014) observa que para além dos conteúdos das disciplinas, as escolas contribuem de forma significativa para a formação de processos infantis, relacionados a gênero e sexualidade.

Meninos e meninas tornam-se alvos desses processos por meio de atos de regulações e controles empreendidos na escola. Tais regulações são, via de regra, muito sutis e ocorrem reiteradas vezes, de várias formas. Talvez por conta disso, deixam de ser questionadas tanto no âmbito educacional como fora dele, principalmente porque ainda hoje os argumentos de uma "essência" ou "natureza" para explicar os comportamentos ainda são muito presentes. Há uma grande carência de discussões em torno dos temas relacionados a gênero e sexualidade nos cursos de formação de profissionais da educação, o que dificulta a problematização de situações emergidas na escola (Guizzo, 2014, p. 31–32).

As crianças não nascem preconceituosas. Por meio da educação formal e da educação informal, elas são constantemente ensinadas a como devem agir e se comportar diante de determinadas situações e/ou pessoas. O preconceito aos grupos que abrangem pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias dentre outras (LGBTQIAPN+), como pontua Louro (2007), tem origem na não aceitação de comportamentos voltados à sexualidade e ao gênero que fujam à norma heteronormativa, a qual preconiza apenas as relações heterossexuais como sendo válidas e aceitas. Ao ressaltar a negação por uma outra forma de estruturação de gênero e sexualidade, há um constante reforço em querer repelir, apagar, expulsar o que é dito como "diferente", gerando violência e agressões contra aqueles/as que são entendidos/as como "anormais". Tais preconceitos podem ser nomeados como LGBTfobia.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262224 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262224>

Segundo Avelar (2014), a homofobia refere-se às atitudes de hostilidade às mulheres e aos homens homossexuais. LGBTfobia é um termo que abrange um conjunto de atitudes, comportamentos e ações discriminatórias direcionadas a pessoas por sua orientação sexual ou identidade de gênero. Inclui homofobia (preconceito contra homossexuais), lesbofobia (preconceito contra lésbicas), bifobia (preconceito contra bissexuais) e transfobia (preconceito contra pessoas transgênero). A LGBTfobia pode se manifestar de diversas formas, tais como: violência física, verbal, exclusão social, discriminação no trabalho, na escola e em outros ambientes, além de políticas e leis que negam direitos e igualdade à comunidade LGBTQIAPN+.

Nas últimas décadas, houve avanços no combate a LGBTfobia e na promoção da diversidade de gênero e sexualidade nas escolas brasileiras, no entanto esses avanços, frequentemente, enfrentam resistência de grupos conservadores, religiosos e políticos com alguns estados e municípios que chegaram a aprovar leis que proíbem ou restringem a discussão de questões de gênero e sexualidade nas escolas. O Brasil também enfrenta pressões internacionais em relação aos direitos humanos e à igualdade de gênero, organizações e tratados internacionais, por exemplo, têm instado o país a adotar políticas mais inclusivas em relação às questões de gênero e sexualidade.

Neste artigo, o objetivo é problematizar a visão de professores de educação básica, em particular tendo como recorte a fala de uma professora da educação infantil, no atual contexto complexo e polarizado que envolve a discussão sobre gênero e sexualidade no âmbito de escolas públicas municipais de Porto Alegre/RS.

Cabe ressaltar que a infância vem recebendo uma atenção especial de políticas públicas, a exemplo da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - 8069/90), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) criados em 1997, do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), criada em 2014.

Essa fase da vida também tem despertado um olhar atento de pesquisadores/as brasileiros/as. Porém, é preciso considerar que, embora as pesquisas envolvendo infância, gênero e sexualidade tenham ganhado novas publicações, ainda é preciso discutir a temática “compreendendo tais conceitos



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262224 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262224>

como construções sociais, culturais e históricas" (Felipe, Guizzo; Beck, 2014, p. 19.), uma vez que, enquanto educadores/as, "contribuímos para que, desde a infância, as crianças se comportem de acordo com os padrões tomados como verdadeiros, para o sexo masculino ou para o feminino" (Felipe, Guizzo; Beck, 2014, p. 29) por meio de rotinas do cotidiano escolar, muitas vezes, reproduzindo um padrão heteronormativo e pouco questionando este padrão.

Na continuidade deste artigo, são apresentados alguns aspectos do delineamento metodológico, seguido das análises de dados, e finalizando com as considerações finais.

Delineamento metodológico

Este artigo é um recorte dos resultados de uma pesquisa de cunho qualitativo elaborada como tese de Doutorado em Memória Social e Bens Culturais, linha de pesquisa Memória e Linguagens Culturais, na Universidade La Salle, Canoas, RS. Por meio desta pesquisa, é problematizado: qual é a memória coletiva de professor/as que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Básico Municipal a respeito das políticas públicas voltadas às relações de gênero e sexualidade e no combate da LGBTfobia nas escolas municipais localizadas na cidade Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul? Tem como objetivo investigar as memórias narrativas de professoras que atuam na Educação Básica em duas escolas municipais localizadas na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, referentes às memórias e relatos de suas práticas educacionais frente às políticas públicas envolvendo gênero e sexualidade, em seus cotidianos escolares e no combate à LGBTfobia. No entanto, cabe ressaltar que neste recorte foram utilizados trechos da fala de apenas uma das professoras entrevistadas. Para Halbwachs (2006) as lembranças que ressignificamos são advindas de nossa memória individual na qual, uma vez que se depara com outras, caracterizam-se por memória coletiva, o que estabelece certos vínculos sociais com os demais sujeitos, que também compartilham da mesma lembrança. Por meio de entrevistas semiestruturadas e da Análise Interpretativa na perspectiva de Rosenthal (2018), pretende-se por meio dessas memórias compreender como determinados discursos reverberam na manutenção da heteronormatividade e nas políticas públicas escolares voltadas para gênero e sexualidade e no combate a LGBTfobia.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262224 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262224>

A escolha em realizar a pesquisa nos Anos Iniciais da Educação básica parte, inicialmente, da formação da autora principal enquanto professora formada em Pedagogia – Anos iniciais, bem como da atuação em sala de aula com esse público, que abrange o final da primeira infância – a partir dos 6 anos de idade – e o início da segunda infância – 12 anos de idade. Essa análise vem ao encontro de algumas situações que a autora principal vivenciou ao longo dos anos, em especial no último semestre de 2021. Nessa direção, esta pesquisa é constituída por professores/as de duas escolas públicas, de diferentes idades e tempos de profissão, que atuam na rede nos últimos 8 anos. Nesse recorte de idade e de experiência, foram ouvidas as memórias de educadoras que possuíam mais e menos tempo de escola, assim como os/as profissionais que passaram por diferentes vivências políticas e sociais. Pesquisando este público-alvo, há a possibilidade de problematizar posições, ideias e práticas que têm implicações para milhares de jovens e crianças, bem como verificar como as políticas públicas no combate à LGBTfobia estão presentes dentro dos espaços escolares e como as relações de gênero e sexualidade se estabelecem. Optamos por analisar neste artigo os relatos relativos aos sentimentos e vivências das professoras.

Por tratar-se de uma temática sensível, houve submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade CAEE 4254222.1.0000.5307. Foram entrevistados quatro professores/as de educação infantil, de duas escolas municipais de Porto Alegre/RS. Ambas as escolas estão em regiões periféricas, ainda que em uma delas o padrão socioeconômico dos responsáveis pelos/as alunos/as é superior. Ambas as escolas trabalham com educação infantil, educação fundamental e educação de jovens e adultos. Uma das escolas foi indicada pela coordenadora de recursos humanos da Secretaria Municipal de Educação (SMED), por ser referência em projetos educacionais nas temáticas estudadas. A segunda escola foi definida em função de estar matriculado/a um/a aluno/a do 5o ano que se identifica como transgênero.

Ouvindo educadores/as

Como já problematizado na introdução, no âmbito educacional há pressões para adotar políticas mais inclusivas em relação às questões de gênero e sexualidade, ao mesmo tempo em que há pressões para que estes temas sejam considerados como tabu e não se materializem em discussões de



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262224 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262224>

sala de aula ou em políticas públicas. Essas constatações vão ao encontro do que a entrevista 1 relata ao falar do seu desconforto, em relação a sua escola ter no calendário escolar "O dia do Orgulho Lésbico". Ela acredita ser algo de pouca relevância e acrescenta achar que havia uma "indução" para que as crianças assumissem suas sexualidades:

Entrevistada 1: Olha, eu não via isso como uma política, não era uma política da rede, mas sim daquelas pessoas. Algumas pessoas faziam isso. Que isso acontecia aqui dentro.

Entrevistadora: Pelo que está me dizendo tu achas que havia uma espécie de indução?

Entrevistada 1: Indução!

Entrevistadora: E os alunos percebiam?

Entrevistada 1: Isso e percebiam. E aumentou muito o número de alunos. E às vezes as pessoas misturam isso, o que eu acredito enquanto pessoa, o que eu defendo e como eu devo agir como professora. Enfim, orientado, conversado e encaminhado, né? Porque eu não gostaria que fizessem isso com o meu filho.

Elas (professoras) também têm que se colocar nessa situação.

É possível observar que a entrevistada está discutindo a dinâmica de gênero e sexualidade na escola, especificamente a influência de indivíduos e suas crenças pessoais sobre questões de gênero, ela enfatiza que essa não era uma política oficial da rede de ensino, mas sim uma prática de algumas pessoas na escola, em especial da equipe diretiva que instituiu "O dia do orgulho Lésbico". Embora a professora não utilize o termo "ideologia de gênero", essa ideia parece ser discutida no sentido de crenças ou atitudes pessoais que alguns indivíduos podem ter em relação à identidade de gênero e sexualidade. Ao mencionar a indução, a entrevistada sugere que a influência desses indivíduos pode ter afetado as/os alunas/os, indicando a possibilidade de uma transmissão de valores e ideias sobre gênero e sexualidade na escola. Porém a entrevistada também destaca a complexidade da situação, argumentando que é importante diferenciar crenças pessoais do papel como professora. Ela ressalta a necessidade de orientação, diálogo e encaminhamento adequado, indicando que ela não gostaria de que esse tipo de indução fosse feito com o filho dela.

A expressão "ideologia de gênero" vem sendo discutida há algum tempo e ainda parece permanecer na arena de debates quando o assunto é



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262224 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262224>

sexualidade e educação. A retirada do termo "gênero" do Plano Nacional de Educação (PNE) no Brasil foi um processo controverso e politicamente carregado que ocorreu durante a tramitação e aprovação do PNE em 2014. A polêmica em torno do termo "gênero" no PNE se deveu, em grande parte, a divergências ideológicas e políticas em relação à educação, à sexualidade e às questões de gênero.

Alguns setores conservadores e religiosos argumentaram que a inclusão do termo "gênero" no PNE representava uma ameaça aos valores familiares tradicionais e promovia uma suposta "ideologia de gênero". Eles alegaram que a educação sobre questões de gênero poderia ser usada para promover uma agenda que eles consideravam contrária às suas crenças (Furlani, 2022).

O processo de retirada do termo "gênero" do PNE ocorreu durante as discussões e as emendas feitas no Congresso Nacional brasileiro, especificamente durante a votação do texto do PNE no Senado Federal, durante esse processo, grupos conservadores pressionaram os legisladores para que o termo "gênero" fosse retirado do documento. Como resultado dessas pressões e negociações políticas, o termo "gênero" foi retirado do texto final do PNE, e foi substituído por "igualdade entre os sexos" em algumas passagens do documento. Isso foi visto por muitos como um compromisso político para aplacar os setores conservadores e permitir a aprovação do PNE.

Essa retirada do termo "gênero" do PNE causou preocupação entre defensores da educação para a igualdade de gênero e da diversidade sexual. Para Furlani (2022), a remoção do termo enfraqueceu o compromisso do Brasil com a promoção da igualdade de gênero na educação e a abordagem de questões relacionadas à discriminação de gênero e sexualidade nas escolas.

É possível perceber que o processo de retirada do termo "gênero" do Plano Nacional de Educação no Brasil foi influenciado por pressões políticas e ideológicas, refletindo a polarização de opiniões sobre questões de gênero e sexualidade na sociedade brasileira. Essa controvérsia destaca a importância do debate sobre educação e diversidade sexual e de gênero no contexto educacional do país.

Furlani (2022) contextualiza um pouco da história do surgimento do conceito "ideologia de gênero" em suas análises. Segundo a autora, os estudos de gênero surgiram nas décadas de 1970 e 1980 como parte dos estudos

relacionados às mulheres, permitindo uma compreensão mais profunda das transformações significativas na maneira como a sociedade está organizada:

do entendimento e dos limites entre o público e o privado; da mudança do papel da mulher na família tradicional do patriarcado no interior da família; dos diferentes arranjos familiares e suas dinâmicas no entendimento da parentalidade; das desigualdades no espaço do trabalho; da resignificação da maternidade e paternidade; dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; dos modos como se expressa a violência nos relacionamentos sexuais-afetivos; na compreensão do machismo; do sexismo e das relações de poder neles contidas (Furlani, 2022, p. 345).

A pesquisadora acrescenta que nas décadas de 1990 e 2000, a utilização do termo “gênero” e os movimentos feministas desempenharam um papel importante na exploração das experiências de diversidade. Eles se desenvolveram para expandir a explicação dos indivíduos que fazem parte dessa diversidade, ajudando a popularizar a ideia de “identidade de gênero” e ampliar a compreensão do conceito de “violência de gênero” para além das mulheres. Isso significa que o foco se estendeu também para a população trans, travestis, transexuais e transgêneros. Esses exemplos ilustram como os estudos das relações de gênero nos permitem compreender o quanto esse campo de conhecimento se tornou desafiador para muitas instituições.

A noção de “ideologia de gênero” é uma concepção que teve origem na Igreja Católica, mais especificamente no Conselho Pontifício para a Família da Congregação, para a Doutrina da Fé, durante o final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Nesse contexto, a igreja começou a promover a ideia do determinismo biológico não apenas para explicar a subordinação das mulheres aos homens, mas também para enfatizar que as mulheres são intrinsecamente complementares a eles. Portanto, é claro que as instituições conservadoras e fundamentalistas em todo o mundo veem os estudos de gênero e o conceito de gênero como uma grande ameaça, uma vez que essas instituições reconhecem e apoiam exclusivamente o direito natural fundamentado na Bíblia (Furlani, 2022).

Quando a entrevistada fala que não gostaria que fizessem isso com seu filho, ela reforça a ideia de que o trabalho com as relações de gênero na escola



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262224 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262224>

pode influenciar nas escolhas de sua sexualidade. Ela parece estar preocupada com o conteúdo ou abordagem específica que está sendo ensinada e como isso pode impactar a compreensão e as crenças das crianças sobre gênero e sexualidade, discurso que se assemelha aos promovidos quando foi retirado o termo "gênero" dos PNE.

Nesse sentido, como mencionado inicialmente, o trabalho com as relações de gênero não prevê a negação do biológico, mas contesta como os papéis de gênero com base no biológico são construídos, e trabalhar essa temática nas escolas não irá fazer com que o número de crianças ou adolescentes homossexuais aumente, como se fosse uma livre escolha, mas, sim, fará com que possam se perceber, criar suas próprias identidades, combater preconceitos e violências, assim como também, não é a retirada do termo "gênero" dos planos educacionais que fará com que essas pessoas continuem existindo:

O conceito de gênero pode ser banido do planeta, que mesmo assim a humanidade continuará se expressando em sua diversidade e buscando direitos humanos para todos. Assim como no âmbito da socialização escolar, sujeitos e suas diferenças estarão sempre no contexto da escola e necessitarão estar visibilizados nos currículos, na formação inicial e continuada (Furlani, 2022, p. 353).

Dessa forma, é possível analisar como as memórias da professora e da escola vão sendo criadas e propagadas. Pollak (1992) destaca que a memória desempenha um papel fundamental na construção do sentido de identidade, tanto para indivíduos quanto para grupos sociais. Isso significa que nossas memórias, tanto pessoais quanto compartilhadas, influenciam como nos percebemos como indivíduos e como pertencemos a grupos maiores, como famílias, comunidades ou sociedades.

A entrevistada, ao descrever essas situações em que ocorrem práticas relacionadas às questões de gênero e sexualidade na escola, afirma que não via isso como uma política institucional, mas sim como algo realizado por indivíduos dentro da instituição. Ela enfatiza que algumas pessoas na escola estavam envolvidas nessas práticas. Isso pode estar relacionado à ideia de memória individual e coletiva de Pollak (1992), na qual as pessoas têm suas próprias percepções e interpretações dos acontecimentos, que podem diferir da



narrativa oficial ou das políticas condicionais, mas que criam identidades para aquela escola. Para Pollak

[...] a memória é um elemento constituinte do sentido de identidade tanto individual como coletiva na medida em que ela é também um fator extremamente importante no sentido de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992, p. 5).

Para indivíduos, a memória ajuda a construir a noção de quem somos e como nossa história pessoal se desenvolve, já para grupos, a memória compartilhada é crucial para a coesão e a compreensão da identidade grupal.

Pollak (1992) enfatiza que a memória ajuda a proporcionar continuidade ao longo do tempo e coesão dentro dos grupos, permitindo que pessoas e comunidades se reconstruam e compreendam as mesmas. Isso destaca a importância da memória na construção de narrativas pessoais e sociais que moldam como percebemos a nós mesmos e ao mundo ao nosso redor e evidencia a ideia de que a memória da professora é de uma escola que fomentava uma "ideologia de gênero", discurso que só faz servir para aumentar o número de violências e preconceitos com pessoas que não se identificam com a norma heteronormativa.

Essa situação se evidencia quando a entrevistada concorda com a ideia de "indução" e acrescenta que as/os alunas/os perceberam essa influência, o que levou a um aumento no número de alunas/os envolvidas/os ou afetadas/os por essas práticas. Isso indica que as ações de alguns indivíduos na escola tiveram um impacto visível sobre as/os alunas/os, segundo a entrevistada, contribuindo para a construção de uma memória social compartilhada, e como se essa construção fosse algo a ser escolhido, ensinado.

A professora também menciona que as suas colegas precisam se colocar na mesma situação, indicando que todos/as os envolvidos/as na educação devem refletir sobre seu papel na promoção de um ambiente educacional inclusivo e respeitoso em relação às questões de gênero e sexualidade. Isso pode ser entendido como um apelo à conscientização e à responsabilidade coletiva de identidade na construção da memória social da escola, mas será que justamente por estarem trabalhando essa temática no



calendário já não há uma conscientização muito presente, que vai ao encontro das políticas públicas que preveem o respeito à diversidade?

Segundo Butler (2015), o gênero é algo performático, ou seja, algo que as pessoas fazem e expressam através de seus comportamentos, gestos e identificações, e que não sendo algo inato, mas sim uma construção social e cultural, não estaríamos então produzindo ideologias de gênero cotidianamente ao separar filas de meninos e meninas, determinar cores para cada um, determinar esportes de meninos e meninas, comportamentos, vestimentas, isso não seria uma constante ideologia de gênero?

O termo "ideologia de gênero" é frequentemente usado de forma pejorativa por grupos conservadores para criticar abordagens progressistas em relação ao gênero, no entanto a perspectiva de Butler (2015) não implica necessariamente que todas as práticas de diferenciação de gênero sejam automaticamente uma ideologia de gênero, ela argumenta que o gênero é performativo, o que significa que as práticas sociais de gênero são realizadas e reforçadas no cotidiano. A questão aqui levantada não clama por uma resposta, trata-se de uma crítica válida à forma como as normas de gênero são reforçadas na sociedade. A separação de filas, núcleos, esportes e expectativas de comportamento com base no gênero são exemplos de como as normas de gênero são internalizadas e perpetuadas desde cedo, podendo limitar a liberdade de expressão de gênero e estimular estereótipos.

É importante questionar e desconstruir essas normas de gênero tradicionais. Não significa, necessariamente, que todas as práticas sejam uma ideologia de gênero, mas sim que devemos estar conscientes das formas como o gênero é construído e questionar se essas construções são limitadas ou discriminatórias. Tais práticas cotidianas podem contribuir para a reafirmação de estereótipos de gênero e limitar a liberdade de expressão do mesmo das pessoas. Portanto, é importante questionar e refletir sobre essas práticas à luz das teorias de gênero e sexualidade retomando o trabalho com as políticas públicas de inclusão nos espaços escolares.

São através de discursos como "ideologia de gênero" que se originam de crenças religiosas, que a violência de gênero cresce a cada dia no Brasil. A entrevista, aqui escolhida para as análises, relata essas agressões quando questionada sobre a ocorrência de situação na escola que envolvesse gênero e sexualidade:



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262224 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262224>

Então eu noto que eles se ofendem mais. No geral, eles se ofendem mais, agredem mais, chamam a mãe do outro de tudo. Então eles acham uma forma de agredir a pessoa, seja através da mãe ou de alguma coisa, ou a cor da pele, ou dizendo que tu és feio, que é burro. Então tudo isso é muito intenso nas crianças daqui, nas pequenas. E aí isso acaba dando na questão também de gênero, sexualidade, sendo pautado, mas não é específico, sabe? A ser gay, ser lésbica, não, é de tudo (entrevistada).

Bandura (2017) sugere que as crianças aprendem comportamentos sociais principalmente através da observação e imitação. A descrição das crianças utilizando ofensas variadas, incluindo aquelas relacionadas a gênero e sexualidade, pode refletir os comportamentos e atitudes que elas observam em adultos e na mídia, o que evidencia a importância do ambiente e dos modelos de comportamento no desenvolvimento infantil. Também é possível refletir como as relações de poder se manifestam na linguagem e nas interações sociais. As ofensas dirigidas às mães dos outros podem demonstrar uma forma de poder e controle patriarcal, onde as mulheres são frequentemente alvos de desprezo e desrespeito, e mais uma vez é possível verificar como as relações de gênero são constituídas, os/as estudantes não xingam o pai, xingam a mãe do outro, a mulher, aquela que ainda é vista como inferior, como passível de ser chacota, de ser rebaixada, de ser menosprezada.

Através do conceito de interseccionalidade, para Akotirene (2018) é possível perceber diferentes formas de opressão (como gênero, raça, classe, sexualidade) e como elas se cruzam e se reforçam mutuamente, enfatizando a construção social de identidades e preconceitos. As crianças no trecho reproduzem estereótipos e preconceitos sociais, refletindo o quanto determinados corpos são mais válidos do que outros, a ponto de usá-los como ofensa. Para Louro (2011), gênero é um efeito de linguagem, mas afirmar isso pode parecer que é algo pequeno, algo dócil ou frágil. No entanto, não é. O efeito de linguagem é como operamos nas produções e no mundo, como mudamos enquadramentos, visões e posturas. A ideia é que, ao falar, produzimos uma política, um jeito de lidar com o público, com os corpos, com as vidas e com os espaços, ou seja, através da linguagem as crianças violam o outro e o colocam em uma posição inferior.



Gênero é um sistema de violência, assim como raça e sexualidade são sistemas de violência. Mbembe (2017), nos diz que a palavra raça era usada para falar de animais, como raça de cavalo, raça de cachorro. Em que momento ela começa a ser usada para falar de seres humanos? Mbembe (2017) vai dizer que a civilização europeia, que se entende como norma, normal e invisível, aponta tudo aquilo que está fora da norma como anormal e visível, como sendo um "outro". A ideia de raça é um dispositivo colonial que, na modernidade, instaurou essa posição de não exatamente humano, e sim de outra coisa. Mas a ideia de que outra cor de pele, outro formato de nariz, outra estatura, vai fazer de você outra coisa que não é a mesma que a minha, é a produção de um dispositivo colonial para separar humanos de menos humanos. O mesmo ocorre com o gênero e com a sexualidade. Essa é uma das discussões centrais no cenário brasileiro e mundial, pensar que as diferenças são produzidas em desigualdades. Genitália diferente produz uma desigualdade, cor de pele diferente produz uma desigualdade e essas desigualdades produzem violência.

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC, 2023) apresentou o Dossiê de Mortes e Violências contra a comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil, referente ao ano de 2022. Este relatório visa expor a gravidade da violência enfrentada por indivíduos LGBTQIAPN+ e discutir as suas condições de vida e vulnerabilidades.

O documento revela também um panorama alarmante da LGBTfobia no país, apontando que entre janeiro e dezembro do ano passado, houve 273 óbitos violentos de pessoas LGBTQIAPN+, consolidando o Brasil como líder mundial em assassinatos deste grupo. Segundo o dossiê, 58,24% das mortes foram de travestis e mulheres trans (159 casos), enquanto gays representaram 35,16% (96 mortes). Homens trans e pessoas transmasculinas corresponderam a 2,93% (oito mortes), o mesmo percentual atribuído a mulheres lésbicas (oito mortes). Pessoas bissexuais e outros segmentos da comunidade representaram cada um 0,37% do total, equivalente a uma morte para cada grupo. Em 2023 o Brasil registrou 257 mortes violentas de indivíduos LGBTQIA+. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), a organização LGBT não governamental mais antiga da América Latina, isso implica que, aproximadamente a cada 34 horas, uma pessoa desse grupo foi vítima de violência fatal, mantendo o país como o líder mundial em homotransfobia em 2023. De acordo com a ONG, há 20 casos ainda em investigação, o que



poderia aumentar o total para até 277 ocorrências, 4 a mais do que no ano anterior.

O trecho mencionado destaca a alarmante realidade das mortes violentas de indivíduos LGBTQIAPN+ no Brasil, um país que, infelizmente, lidera as estatísticas de homotransfobia. Outros dados e análises sistematizadas pelo Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil corroboram essas informações, como, por exemplo, o publicado em 2022 (Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil, 2022). Esses dados são cruciais para entender a importância da educação escolar e das políticas públicas no combate à LGBTfobia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate em torno de uma educação para sexualidade que incorpore a perspectiva da diversidade sexual e que produza reflexões em torno da homofobia, do heterossexismo e dos direitos sexuais é recente em todo o mundo e também em nosso país. Entretanto, mesmo recente, parece correto afirmar que existe um movimento importante nas sociedades ocidentais – fundadas em uma matriz democrática e laica – de debate e implantação de programas e projetos de educação para sexualidade que respeitem a diversidade (Nardi, 2010). Nas escolas e na educação formal, não é diferente, dado que movimentos vêm ocorrendo desde o período pós redemocratização na luta pelos direitos identitários e políticas públicas que viabilizem a diversidade sexual. Nardi (2010, p. 151) refere que “o campo discursivo no qual se situam os programas, os projetos e ações que buscam incluir o debate em torno da diversidade sexual na escola, é amplo e interdisciplinar”, notadamente marcado por uma produção de pesquisa fortemente politizada. A maioria dos pesquisadores assume uma posição intelectual que se propõe a apontar os riscos do presente e de se mobilizar para agir sobre a dinâmica social em espaços que reiteram determinadas formas de viver as identidades e as sexualidades.

A educação escolar, ao promover a inclusão de discussões sobre diversidade sexual e identidade de gênero no currículo, tem o potencial de formar cidadãos conscientes, empáticos e respeitadores das diferenças. Por outro lado, políticas públicas eficazes são essenciais para assegurar a proteção



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262224 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262224>

e os direitos da comunidade LGBTQIAPN+, por meio da criminalização da discriminação e da violência, do suporte às vítimas e da promoção de campanhas de conscientização. Ambos os instrumentos, educação e políticas públicas, são fundamentais na construção de uma sociedade mais justa, segura e inclusiva, na qual a diversidade é valorizada e respeitada.

Em conclusão, através da abordagem de Judith Butler (2015) sobre a performatividade de gênero, é possível lançar luz sobre a maneira como as normas de gênero são construídas e reforçadas na sociedade. A prática cotidiana de separar filas, determinar cores e esportes, e estabelecer comportamentos e vestimentas específicas para meninos e meninas exemplifica como essas normas são internalizadas e perpetuadas desde tenra idade. Portanto, é fundamental questionar e desconstruir as normas de gênero tradicionais, refletindo sobre as formas como o gênero é construído e se essas construções são limitantes ou discriminatórias. Ao fazer isso, podemos desafiar os estereótipos de gênero, promover a liberdade de expressão de gênero e trabalhar em prol de políticas públicas de inclusão nos espaços escolares. Além disso, é importante reconhecer que discursos baseados em "ideologia de gênero", muitas vezes originados de crenças religiosas, contribuem para o crescimento da violência de gênero no Brasil, tornando ainda mais urgente a necessidade de abordagens críticas e inclusivas em relação ao gênero na educação e na sociedade.

REFERÊNCIAS

Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021**. Florianópolis, SC, 2022. Disponível em <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Dossiê-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf>. Acesso em 26 de março de 2024.

Akotirene, Carla. **O que é interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

Avelar, Rezende Bruno de. **Políticas públicas de segurança no Brasil**: para pensar os direitos humanos de LGBT. 2014, 204 f. Tese (Doutorado em Sociologia) –



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262224 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262224>

Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

Bandura, Albert; Azzi, Roberta G. (Eds.). **Teoria Social Cognitiva**: Diversos Enfoques. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2017.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

Brasil. **Lei n. 8.069/1990**. Brasília, DF. 1990. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em 06 de setembro de 2023.

Brasil. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

Brasil. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Consulta Pública**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2015. Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/BNCCAPRESENTACAO>. Acesso em: 29 de janeiro de 2024.

Brasil. **Plano Nacional de Educação 2014 - 2024 - Lei n. 13.005, de 25/06/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Brasília: Câmara dos Deputados/Edições Câmara, 2014, 86 p.

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em 26 de março de 2024.

Butler, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

Connell, Raewyn; Pearse, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: Versos, 2015.

Felipe, Jane; Guizzo, Bianca Salazar; Beck, Dinah Quesada. Infâncias, gênero e sexualidade: articulações possíveis. In: Felipe, Jane; Guizzo, Bianca Salazar; Beck, Dinah Quesada. **Infâncias, gênero e sexualidades**: nas tramas da cultura e da educação. Canoas: Ed. Ulbra, 2014. p. 17-27.

Furlani, Jimena. **Educação, gênero e sexualidade**: (im) pertinências. Petrópolis: Vozes, 2022.

Halbwachs, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, SP: Centauro, 2006.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262224 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262224>

Louro, Guacira Lopes. Conhecer, Pesquisar e Escrever. Educação, **Sociedade & Cultura**, n. 25, v. 1, p. 235-245, 2007.

Louro, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Nardi, Henrique Caetano. Educação, heterossexismo e homofobia. *In*: POCAHY, Fernando (org). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer**. Porto Alegre: Nuances, 2010, p. 46-66.

Pollak, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215. 1992.

Rosenthal, Gabriele. **Pesquisa Social Interpretativa**. Göttingen: Göttingen University Press, 2018.

Submissão em 28 de fevereiro de 2024.

Aceite em 07 de maio de 2024.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição
4.0

Internacional. Texto da Licença:

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262224 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262224>